



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 469  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

**PROCESSO Nº: 31377/2009**

INFORMAÇÃO Nº: 159/2013

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal

INTERESSADO: Ministério Público junto ao Tribunal

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal, requerendo a realização de inspeção para averiguar os procedimentos relativos à concessão de gratuidade da tarifa do transporte coletivo urbano para estudantes que residam ou trabalhem a mais de 1 Km do estabelecimento de ensino em que forem matriculados, bem como aspectos da Lei nº 4371, de 23/06/2009, instituidora do benefício. Realização de Inspeção. Auditoria Especial da Corregedoria-Geral do DF. Irregularidades. Decisão nº 4221/2011. Determinações. Representação por atraso. Decisão nº 5810/2011. Não atendimento das determinações do Tribunal. Decisão nº 1755/2013. Audiência. Reiteração das diligências anteriores. Pela apensação dos autos ao Processo nº 11760/2010.

Senhor Diretor,

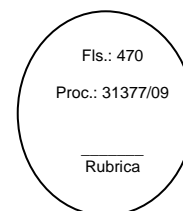
Na última manifestação nos autos, o Tribunal proferiu a Decisão nº 1755/2013, fl. 453, determinando à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS que atendesse às disposições constantes dos itens II e III da Decisão nº 4221/2011<sup>1</sup>, reiterada pela de nº 5810/2011, com exceção do item “II.a” cujo

---

<sup>1</sup>“II) determinar ao DFTRANS que: a) instaure TCEs (nos moldes propostos no § 18 do Parecer nº 708/2011) para apurar possíveis prejuízos ao erário em vista da concessão do benefício para estudantes que não estavam perfeitamente identificados (nome, endereço, escola), residentes a menos de 1km da escola e beneficiários de outros programas de gratuidade ou contemplados com transporte escolar, decorrentes do carregamento de cartões pelos créditos máximos (54 mensais) sem que tenha havido utilização pelo estudante, mas o DFTRANS tenha efetuado o repasse uma vez que esse era feito anteriormente à recarga, decorrentes da não equivalência entre pagamentos e geração de créditos internos ocorridos; b) adote providências para dar cumprimento ao art. 1º, § 4º, inciso I, da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010; c) execute, de imediato, uma revisão completa no banco de dados dos estudantes



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



cumprimento é objeto do Processo nº 30.998/11. Também foi autorizada a audiência do Diretor-Geral daquela Autarquia para que justificasse o descumprimento das referidas deliberações.

2. A DFTRANS foi cientificada da aludida Decisão nº 1755/13, em 13 de maio de 2013, mediante o Ofício nº 3446/2013-GP, fl. 454. Por sua vez, o Senhor Marco Antonio Tofetti Campanella recebeu a Comunicação de Audiência nº 038/13-SEACOMP em 23/05/2013, fl. 455.

3. Por meio do Ofício nº 454/2013-AJL/DFTRANS, o titular do Serviço Jurídico da Jurisdicionada requer a dilação do prazo para atendimento das determinações da Corte, fl. 456. Ao examinar o pleito, esta Secretaria de Acompanhamento esclareceu que o pedido não seria submetido ao Relator dos autos tendo em vista que, por força da própria Decisão nº 1755/13, ainda não havia se esgotado o prazo para cumprimento, fl. 457. Informou-se, também, que as solicitações e manifestações emanadas das jurisdicionadas deveriam ter como signatário o titular da pasta ou substituto legal, nos termos do Despacho Singular nº 753/2012-GCIM.

4. Posteriormente, em 25 de julho de 2013, a DFTRANS enviou à Corte o Ofício nº 513/2012-AJL/DFTRANS, fl. 459, no qual informa terem sido cumpridas

---

beneficiados pelo passe estudantil; d) efetue estudos acerca da adequabilidade da proposição do controle interno quanto à regulamentação de prazo de validade para os cartões dos usuários do STPC/DF, em todas as suas modalidades, e para os créditos neles carregados, adequando-se o Sistema de Bilhetagem Eletrônica com os prazos estabelecidos; e) obtenha da FÁCIL e do Metrô acesso integral à base de dados do sistema, conforme disposto no art. 12, parágrafo único, da Lei nº 4.462/2010, com redação dada pela Lei nº 4.494/2010; f) faça cumprir o disposto no art. 10 e parágrafos da Instrução nº 69, de 26 de abril de 2010/DFTRANS; g) execute as atividades de sua competência definidas no artigo 4º do anexo ao Decreto nº 31.311/2010, de forma a garantir a efetiva geração dos créditos correspondentes às transferências financeiras; h) monitore periodicamente a faixa contábil relativa ao PLE, a fim de evitar que movimentações estranhas à finalidade desta conta; i) esclareça os reais motivos e as consequências, especialmente financeiras, da movimentação contábil indevida relatada pelo controle interno no tópico 3.4.8 do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011 - DIRAG/CONT. III) determinar ao DFTRANS e ao METRÔ que observem o disposto no § 3º ao art. 4º da Lei nº 4.462/10, acrescido pela Lei nº 4.494/10; IV) com fulcro no inciso VII do artigo 1º da Lei nº 01/94 e no artigo 3º, § único, inc. IV, alínea "a", do RI/TCDF, demandar da FÁCIL prestação de contas dos exercícios de 2009 e 2010, em regime de urgência; essa prestação de contas, em meio magnético, deve demonstrar claramente: a) mês a mês, os recursos financeiros recebidos pela FÁCIL para crédito nos cartões de estudantes; b) o número e valor de passagens efetivamente utilizadas pelo público-alvo; c) a discriminação (por cartão, local e data) dos valores recarregados, das passagens utilizadas e do saldo remanescente;"



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



algumas determinações desta Casa<sup>2</sup>. Todavia, em face do grande fluxo de informações a serem providenciadas, requer a prorrogação do prazo inicialmente concedido a fim de se dar cumprimento total às requisições deste Tribunal. Novamente o expediente foi assinado pelo chefe do Serviço Jurídico da DFTRANS, Sr. Samuel Barbosa dos Santos.

5. Importa esclarecer que, embora regularmente notificado, o Sr. Marco Antonio Tofetti Campanella, não apresentou, até esta data, as justificativas requeridas por meio da Decisão nº 1755/2013.

6. Nesta oportunidade, cumpre examinar as novas informações trazidas aos autos pela DFTRANS.

***Da resposta às diligências***

7. No Memorando nº 524/203-DFTRANS-SBA-IS 107/11, fls. 460/461, o Coordenador Financeiro da Comissão de Gestão do SBA, Sr. Marcos J. C Faria, esclarece, no que diz respeito ao item “II.b.” da Decisão nº 4221/11, não ter recebido “*nenhuma informação quanto à frequência escolar dos alunos*” e que tal procedimento já deveria estar sendo adotado, em razão de acertos efetuados com a Universidade de Brasília e Secretaria de Educação.

8. Acerca da determinação para revisão no Banco de Dados dos estudantes beneficiados pelo passe estudantil<sup>3</sup>, é informado que o SBA já conta com equipe (instalada e operacional) realizando esta tarefa, fl. 460.

9. Esclarece a jurisdicionada que o sistema de controle da bilhetagem do transporte público do DF, atualmente, está preparado para fazer o controle relativo ao prazo de validade para os cartões dos usuários do STPC/DF, em todas as suas modalidades, e para os créditos neles carregados, de forma a adequar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica com os prazos estabelecidos<sup>4</sup>.

<sup>2</sup>Tais esclarecimentos estão consubstanciados no Mem. nº 524/2013-DFTRANS-SBA-IS 107/11, fls. 460/461.

<sup>3</sup>Item “II.c” da Decisão nº 4221/2011.

<sup>4</sup> Esta questão consta do item “II.d” da Decisão nº 4221/2011.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



10. Quanto ao item “II.e” da Decisão 4221/11, esclarece ter total acesso e controle da base de dados do sistema, salientando, entretanto, que *“em referência ao METRO, o SBA só dispõe das informações de utilização. O processo de concessão do benefício estudantil no METRO é realizado única e exclusivamente pelo próprio METRO”*, fl. 460.

11. A DFTRANS informa que, em relação ao cumprimento da Instrução nº 69/2010 daquela Autarquia, item “II.f” da Decisão nº 4221/11, o demonstrativo exigido no art. 10 daquela Norma é *“realizado quinzenalmente, o que também engloba o contido nos parágrafos 1º e 2º”*.

12. Aquela Autarquia noticia também estar acompanhando o saldo da faixa contábil relativa ao Passe Livre Estudantil - PLE, na medida em que o BRB envia os extratos desta conta<sup>5</sup>.

13. Por fim, no que concerne ao item III da Decisão nº 4221/2011, assinala que o *“estudante PLE não integra, pois ele não é tarifado, no caso do estudante que ainda compra (modelo fora do PLE) este tem integração garantida”*, fl. 461.

14. Não foi apresentada qualquer informação acerca do item “II.i” da multicitada Decisão 4221/2011 que menciona o relato do Controle Interno (Relatório de Auditoria Especial nº 01/20011-DIRAG/CONT) acerca de movimentação contábil indevida, bem como não houve manifestação a respeito do item “II.g” do referido *Decisum*, sob a alegação de que tal atribuição não caberia ao SBA, fl. 461.

15. Nos esclarecimentos apresentados também não foi possível verificar qualquer alusão ao item IV da Decisão nº 4221/11, atinente à exigência de prestação de contas da empresa FÁCIL dos exercícios de 2009 e 2010.

### **Análise**

16. Nos termos destacados no Voto de fls. 451/452, a instauração de Tomada de Contas Especial determinada no item “II.a” da Decisão nº 4221/11 é

---

<sup>5</sup>Item “II.h” da Decisão nº 4221/11.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 473  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

objeto do Processo nº 30.998/11, razão pela qual não figura entre as pendências destes autos.

17. Quanto aos demais tópicos, as últimas informações apresentadas, fls. 459/465, embora sejam atuais e tenham trazido esclarecimentos pontuais acerca das diligências determinadas pela Corte, não elucidaram satisfatoriamente as pendências relacionadas nos parágrafos 7 e 8 da Informação nº 151/2012<sup>6</sup>, fls. 434/435, vez que foram sucintas e superficiais e não se fizeram acompanhar de documentação probatória.

18. Em que pese o cumprimento insatisfatório das diligências demandadas, não se pode olvidar que as questões aqui discutidas também estão inseridas no escopo de outros processos em tramitação neste Tribunal.

19. Esta Casa exerce constante fiscalização dos fatos relativos à gestão do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, quer seja em razão da complexidade e relevância do tema, quer seja em decorrência das inúmeras demandas recebidas a respeito da matéria (denúncias e representações). Em consequência, foram autuados diversos processos, conforme se verifica na tabela de fls. 467/468.

20. Entretanto, é possível verificar que alguns assuntos são abordados em mais de um processo o que dificulta a análise e pode culminar em decisões díspares acerca de uma mesma questão e, em última instância, acarretar a inviabilidade dos trabalhos de fiscalização.

---

<sup>6</sup>providências para dar cumprimento ao art. 1º, § 4º, inciso I, da Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com redação dada pela Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010; revisão completa no banco de dados dos estudantes beneficiados pelo passe estudantil; realização de estudos acerca da adequabilidade da proposição do controle interno quanto à regulamentação de prazo de validade para os cartões dos usuários do STPCDF, em todas as suas modalidades, e para os créditos neles carregados, adequando-se o Sistema de Bilhetagem Eletrônica com os prazos estabelecidos; obtenção da Fácil e do Metrô acesso integral à base de dados do Sistema; dar cumprimento ao disposto no art. 10 e parágrafos da Instrução nº 69, de 26 de abril de 2010/DFTRANS; execução das atividades de sua competência, a fim de garantir a efetiva geração dos créditos correspondentes às transferências financeiras; monitoramento periódico da faixa contábil relativa ao PLE, a fim de evitar movimentações estranhas à finalidade daquela conta; esclarecimentos acerca dos reais motivos e as consequências da movimentação contábil indevida relatada pelo controle interno no tópico 3.4.8 do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011-DIRAG/CONT. Além disso, também foi determinado ao DFTRANS que demandasse da FÁCIL prestação de contas dos exercícios de 2009 e 2010.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 474  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

21. Nestes autos, é possível observar que as questões remanescentes referem-se ao passe livre estudantil (itens “II.b”, “II.c”, “II.h”, “II. i” e III da Decisão nº 4221/11) e também ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, especificamente, quanto à assunção dos serviços prestados pela FÁCIL com consequente acesso ao banco de dados, item “II.e” da Decisão nº 4221/11.

22. A questão do controle do passe livre estudantil é abordada também no Processo nº 11.760/10. Os pontos aqui abordados estão inseridos na fiscalização ali efetuada, nos termos relacionados abaixo.

*1) itens “II.b” e “II.c” da Decisão nº 4221/2011 – obtenção de informação mensal da frequência do estudante pelo estabelecimento de ensino via web e revisão no banco de dados dos estudantes beneficiados pelo passe estudantil;*

23. No Processo nº 11.760/10 registrou-se que o Grupo de Trabalho instituído pela Instrução de Serviço nº 79, de 07 de maio de 2010, Processo nº 098.001.326/2010, havia noticiado a elaboração de relatório de revisão do cadastro de estudantes, cujos resultados foram submetidos ao Diretor-Geral da Autarquia. Este Tribunal mediante a Decisão nº 2875/12, reiterada pela de nº 4922/12, requisitou da DFTRANS esclarecimentos acerca das providências adotadas em face do mencionado relatório. Até a presente data, ainda não houve manifestação definitiva naqueles autos.

*2) itens “II.e” e III da Decisão nº 4221/2011 – assunção dos serviços prestados pela FÁCIL – Sistema de Bilhetagem Automática e controle do passe estudantil – acesso ao banco de dados e prestação de contas dos exercícios de 2009 e 2010.*

24. A assunção pela DFTRANS dos serviços prestados pela empresa FÁCIL é abordada no Processo nº 11760/2010, nos seguintes termos<sup>7</sup>:

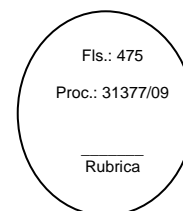
*“17. No que concerne às ações tendentes à assunção dos serviços prestados pela FÁCIL, quanto ao Passe Livre Estudantil, o grupo de trabalho noticia a edição do Decreto nº 32.815, em 25 de março de 2011, que determinou à DFTRANS, como gestora do sistema de Transporte Público do Distrito Federal, a assunção integral da prestação dos serviços e o exercício das competências sob*

<sup>7</sup> Informação nº 055/2012, e-DOC CAC2DD3B, Processo nº 11.760/2010.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



*responsabilidade da FÁCIL, tendo sido estabelecido, para tanto, o prazo de 90 (noventa) dias, fls. 106/107-Apenso.*

*18. Informa que, para dar cumprimento ao aludido normativo, foi criado um grupo de trabalho em 29 de março de 2011 a fim de realizar os atos preparativos e executivos destinados à assunção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e, em consequência, o controle do passe estudantil (Instrução nº 51/2011, fl. 102-Apenso).*

*19. Quanto a este tópico, importa registrar que a Secretaria de Estado de Transparência e Controle realizou acompanhamento diário dos trabalhos atinentes à assunção do SBA pelo DFTRANS, durante aproximadamente 50 dias<sup>8</sup>.*

*20. O escopo do trabalho foi o acompanhamento das ações empreendidas quando da assunção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA pela DFTRANS, tendo sido desenvolvido no período de 21 de junho a 24 de agosto de 2011, cujos resultados foram consubstanciados no Relatório de Inspeção nº 01/2011-DIMAT/CONIE/CONT/STC.”*

25. Conforme salientado, não houve decisão definitiva no Processo nº 11.760/2010, tendo em vista que ainda está pendente o cumprimento das diligências determinadas pela Decisão nº 2875/12, reiterada pela de nº 4922/12.

26. Outro fato abordado na Decisão nº 4221/2011 diz respeito aos trabalhos realizados pelo Controle Interno e consubstanciados no Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011 – DIRAG/CONT, item “II.i”.

27. Neste ponto, esta Casa, por meio da Decisão nº 4012/12, proferida no Processo nº 1584/11, determinou à DFTRANS a adoção de medidas para sanar as irregularidades e ressalvas apontadas no mencionado Relatório de Auditoria, sendo que tais ações seriam verificadas no procedimento de fiscalização então em andamento naquela Autarquia<sup>9</sup>.

28. Por sua vez, no Processo nº 12.102/12, que trata de Auditoria de Regularidade na DFTRANS, foi elaborado o Relatório nº 1.1004.12, indicando diversas irregularidades que se coadunam com as questões constantes destes autos, conforme discorreremos nos parágrafos que seguem.

<sup>8</sup> Tais informações constam do Processo nº 480.000.848/2011, apenso ao Processo-TCDF 21313/07.

<sup>9</sup> Auditoria de Regularidade – Processo nº 12.102/12.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 476  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

29. O escopo da aludida Auditoria de Regularidade foi a verificação da conformidade da gestão do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, bem como da execução a prestação do serviço de micro-ônibus, decorrente da Concorrência nº 01/2007-ST/DF.

30. A partir dos trabalhos desenvolvidos, foram apresentados os seguintes achados:

- constatação do insatisfatório desempenho das permissionárias do STPC/DF vinculadas à Concorrência n. 01/2007-ST/DF;
- existência de veículos em operação no STPC/DF sem o porte de documento obrigatório (CRLV);
- constatação de serviços prestados à DFTRANS vinculados ao SBA sem amparo contratual;
- verificação e pagamento indevido pela DFTRANS de valores relacionados à TRANSDATA-TDMax (SBA);
- verificação de expressiva disponibilidade de caixa sem remuneração financeira;
- comprovação de deficiências no cadastro, concessão e uso de cartões PLE e PNE;
- conflito de interesse entre a DFTRANS, as permissionárias do STPC/DF e a empresa TRANSDATA;
- descontrole administrativo sobre os valores retidos (glosas) devido à operação irregular de permissionários do STPC/DF.

31. Especificamente em relação às matérias que também são discutidas nestes autos, a equipe de auditoria assim se manifestou<sup>10</sup>:

***“2.2 QA 2 - A assunção, pela DFTrans, dos serviços antes executados pela FÁCIL está sendo feita de forma regular?”***

*Não. Foram encontradas deficiências e ilegalidades nos serviços prestados à DFTrans após a encampação dos serviços antes executados pela FÁCIL.*

<sup>10</sup> e-DOC D085EFE5 juntado ao Processo nº 12.102/2012.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 477  
Proc.: 31377/09  
Rubrica

**2.5 QA 5 – A gestão dos benefícios de gratuidade para estudantes (Passe Livre Estudantil) e Portadores de Necessidade Especial (Cartão Especial Eletrônico) é realizada de acordo com os preceitos legais?**

Não. Os cadastros de PLE e PNE apresentam diversas falhas capazes de ocasionar a concessão e o uso indevido desses benefícios.

**2.5.1 ACHADO 6 – Deficiências no cadastro, concessão e uso de cartões de PLE.**

**Critério**

88. Arts. 1º, 4º e 12 da Lei n. 4.462/2010, alterada pela n. 4.494/2010, e princípio da unicidade na identificação do cadastrado.

**IRREGULARIDADE 1: Deficiências no cadastro de cartões de PLE.**

**Análises e Evidências**

89. A regulamentação para concessão da gratuidade do transporte coletivo para os estudantes encontra-se definida nos arts. 1º, 4º e 12 da Lei n. 4.462/2010, alterada pela n. 4.494/2010. Os dispositivos legais tratam da abrangência do público-alvo do PLE e das exigências para sua concessão, nos seguintes termos:

- estudantes do ensino superior, médio e fundamental do Distrito Federal;
- alunos de cursos técnicos e profissionalizantes com carga igual ou superior a 200 (duzentas) horas-aula;
- alunos de faculdades teológicas ou de instituições equivalentes;
- estudantes que estejam realizando estágio obrigatório;
- os beneficiários devem estar matriculados em cursos reconhecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ou pelo Ministério da Educação;
- os beneficiários devem residir ou trabalhar a mais de um quilômetro do estabelecimento em que estejam matriculados;
- o benefício é limitado a 54 viagens por mês e por estudante/linha, no período letivo.

90. O cadastro dos beneficiários de cartões de PLE é um módulo do Sistema de Bilhetagem Automática do TDMax (Transdata), constituindo-se no instrumento para concessão



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 478  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*dos benefícios, controle de uso dos cartões de gratuidade e quantificação do valor a ser ressarcido pelo Distrito Federal às permissionárias do STPC/DF.*

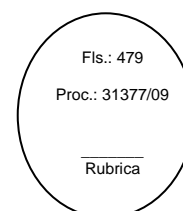
*91. A partir de junho de 2011, a gestão do SBA, incluindo os cadastros, retornou à DFTrans, quando foi anulado o Convênio n. 001/2008, celebrado com a FÁCIL. Ressaltamos que a operacionalização do cadastro de cartões de PLE encontra-se terceirizada, nas atividades de atendimento dos beneficiários, inscrição e carregamento de créditos em cartão.*

*92. As principais falhas verificadas no cadastro de cartões de PLE podem ser assim resumidas:*

- Cadastro de beneficiários desatualizado;*
- Falta de unicidade na identificação do cadastrado;*
- Inconsistências do cadastro das escolas;*
- Campos essenciais não preenchidos ou incompletos;*
- Campos cadastrais vinculados a texto e não por códigos de tabela;*
- Ausência de normatização do preenchimento dos campos, o que ocasiona a duplicidade de registros, o uso de abreviaturas para o campo 'nome', a manutenção do campo 'endereço' em branco, a utilização de CEP genérico, entre outras falhas;*
- Falta de identificação do responsável pelo exame e aprovação das linhas solicitadas;*
- Análise da compatibilidade das linhas solicitadas com o trajeto casa/escola/casa é feita de forma empírica e informal, igualmente para aferição da distância entre a escola e a casa do beneficiário;*
- Ausência de supervisão ou coordenação entre os postos de cadastramento, gerando a falta de uniformidade de métodos no processo de cadastramento. Também não há disseminação ou trocas de informações entre os postos, com repercussões na qualidade e uniformidade dos registros;*
- Arquivamento de documentos feito por data de entrada e não por cadastrado, dificultando a pesquisa do histórico, que reduz em grande parte sua utilidade como fonte de informações;*
- Falta de unidade do cadastro físico (de abril a novembro de 2012 foram abertos em torno de 57.000 cadastros. A documentação dos formulários anteriores foi encaminhada para a sede da DFTrans, por falta de espaço na unidade da Rodoviária);*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



- *Supressão do histórico de utilização do beneficiário (número de viagens, data, etc.) quando da substituição de cartão magnético (em caso de perda, extravio ou roubo);*

- *Recarga de crédito no cartão sem confronto da assinatura do cartão de frequência com a do cadastro de assinantes autorizados pela instituição de ensino.*

93. *Com efeito, verificou-se que o número de estudantes cadastrados é bastante superior ao número de usuários efetivos, isto é, daqueles que fazem uso do benefício. Isso ocorre em razão da grande quantidade de duplicidades (um mesmo estudante com mais de um registro), além daqueles que tiveram o benefício cancelado e, posteriormente, foi recadastrado com uma nova inscrição, bem como os que não fazem mais jus à gratuidade, mas não tiveram seus cadastros cancelados.*

94. *As impropriedades apontam para a inobservância da legislação de regência e para a pouca importância dedicada pela Autarquia à gestão do programa e a operacionalização de seu cadastro, reclamando a adoção de providências efetivas de acompanhamento e controle, na medida em que o programa de trabalho em exame, concessão de Passe Livre Estudantil no Distrito Federal, correspondeu a quase um terço do orçamento da DFTrans, nos exercícios de 2011 e 2012, alcançando o montante de R\$ 90.247.006,66.*

95. *Registre-se que, sobre a matéria, no âmbito do Processo n. 31.377/2009, por meio da Decisão n. 4221/2011 (itens II e III), reiterada pelas de nºs 5810/2011 e 1755/2013, esta Corte já prescreveu diversas medidas capazes de sanar as falhas supra indicadas. Todavia, elas ainda pendem de efetiva implementação pela jurisdicionada.*

### **Causas**

96. *Ausência de manuais com a definição das rotinas a serem observadas no cadastramento dos beneficiários; existência de deficiências na capacitação do pessoal terceirizado responsável pela concessão e recarga dos cartões de PLE; ausência de adoção das medidas saneadoras prescritas no Processo nº 31.377/2009 (Decisão n. 4221/2011, reiterada pelas de n.s 5810/2011 e 1755/2013); bem como, falhas nas rotinas gerenciais do Transdata - TDMax que deveria detectar e coibir impropriedades na utilização do benefício.*

### **Efeitos**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 480  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

97. *Uso do benefício previsto no programa do PLE em desacordo com suas normas de regência, causando potencial aumento indevido de despesas para cobertura da gratuidade de transporte público aos estudantes do Distrito Federal.*

**IRREGULARIDADE 2: Cadastramento no TDMAX (SBA) de instituições de ensino sem registro na SE/DF ou no MEC.**

**Análises e Evidências**

98. *Um dos requisitos para a concessão de cartão de PLE é que o estudante esteja matriculado em instituição de ensino reconhecida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal – SE/DF, nos casos de estudantes do ensino fundamental e médio, ou pelo Ministério da Educação – MEC, se de ensino superior, conforme previsto no art. 1º da Lei n. 4.462/2010, a seguir transcrito:*

*“Art. 1º Fica assegurada aos estudantes do ensino superior, médio e fundamental da área urbana, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes (...) reconhecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ou pelo Ministério da Educação e alunos de faculdades teológicas ou de instituições equivalentes (...) a gratuidade nas linhas do serviço básico de transporte público coletivo de passageiros (...).”*

99. *Com efeito, um módulo do cadastro de PLE é o Cadastro de Instituições de Ensino aptas a comprovar a matrícula e a frequência dos beneficiários. Em janeiro de 2013, ele continha 1.439 entidades (PT-7.4, fl. 2 [CD] do Anexo V). De outro lado, as instituições de ensino autorizadas a funcionar no Distrito Federal encontram-se consideradas nos seguintes documentos:*

- *Relação de Instituições Educacionais credenciadas no Distrito Federal junto à Coordenação de Supervisão Institucional da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional (PT-7.1, fl. 2 [CD] do Anexo V);*
- *Relação das Escolas Públicas por Diretoria Regional de Ensino – DRE, elaborado pela Diretoria de Organização do Sistema de Ensino da Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional (PT-7.2, fl. 2 [CD] do Anexo V);*
- *Relação de instituições de ensino superior extraída do Sistema e-MEC do Ministério da Educação<sup>19</sup> (PT-7.3, fl. 2 [CD] do Anexo V).*

100. *A confrontação dessas informações, mediante amostra não aleatória contendo 23 entidades, revelou que 16 não eram credenciadas pela Secretaria de Educação (PT – 7.5, fl. 2 [CD] do Anexo V).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 481  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

101. Outra falha verificada é a existência de empresas e entidades de natureza não educacional incluídas no Cadastro de Instituições de Ensino (PT – 7.6, fl. 2 [CD] do Anexo V). A propósito, as Diretorias Regionais de Educação do Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Samambaia e Sobradinho, unidades administrativas de descentralização da Secretaria de Educação, encontram-se indevidamente cadastradas como instituição de ensino. Também, sem amparo legal, é a admissão de empresas do ramo de seguros e radiodifusão, as quais, aparentemente, não guardam qualquer relação com a atividade de ensino.

102. Registre-se a informação contida no item 3.4.9 da Nota Técnica n. 01/2011 - DIMAT/CONIE/CONT/STC, de 10/11/2011 (fls. 135/154 do Apenso n. 1584/2011) noticiando que a DFTrans havia constituído "Grupo de Trabalho com o objetivo de definir regras e parâmetros de cadastro de estudantes e escolas, com vistas ao atendimento da legislação vigente". Portanto, são impropriedades recorrentes e conhecidas pela jurisdição e que ainda aguardam solução.

### **Causas**

103. Deficiências na formulação do cadastro e das rotinas de validação da documentação que dá suporte ao cadastramento das instituições de ensino.

### **Efeitos**

104. Risco de concessão de cartões de PLE, em desacordo com a legislação vigente, ou seja, a quem não faz jus à gratuidade, causando potencial aumento indevido de despesas para a cobertura do benefício.

### **IRREGULARIDADE 3: Uso indevido de cartões de PLE em linhas não cadastradas pelo beneficiado.**

### **Análises e Evidências**

105. Conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 4.462/2010, abaixo transcrito, o uso do cartão de PLE deve se dar exclusivamente entre o trajeto residência-escola e estágio-residência. A relação das linhas que atendem ao trajeto são solicitadas pelo estudante e analisadas pela DFTrans quando da confecção do cadastro do beneficiado.

"Art. 4º O benefício de que trata o art. 1º será limitado a 54 (cinquenta e quatro) viagens por mês e por estudante, durante o período letivo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 482  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

§ 1º O limitador de que trata este artigo refere-se a cada linha usada pelo estudante para o trajeto residência-escola-residência. (incluído pela Lei n. 4494/10), (sem grifo no original).

§ 2º O passe livre estudantil pode ser usado em qualquer linha que atenda ao trajeto de que trata o § 1º.”

106. A inobservância da prescrição legal foi objeto de questionamento da STC/DF (item 3.4.5 da Nota Técnica n. 01/2011 - DIMAT/CONIE/CONT/STC, de 10/11/2011 (fls. 135/154 do Apenso n. 1584/2011), tendo a DFTrans se manifestado no sentido de que a irregularidade estaria restrita aos validadores instalados nas estações do Metrô-DF, em razão da desatualização desses equipamentos. Ademais, o problema teria sido solucionado em 18/07/2011, quando o sistema foi configurado para restringir o uso do cartão apenas nas linhas cadastradas.

107. Todavia, em pesquisa à base de dados do Transdata – TDMax verificou-se que as informações outrora prestadas pela DFTrans à STC/DF não são condizentes com os resultados obtidos no uso de cartões de PLE, em 2012, ou seja, no período seguinte à comunicação da Autarquia indicando que a falha estaria sanada. Isso porque, com a utilização de uma amostra contendo três portadores de cartões PLE (PT-8.1, fl. 2 [CD] do Anexo V), apurou-se a existência de beneficiários que fizeram uso de linhas que não constavam de seus respectivos cadastros.

### **Causas**

108. Ausência de parametrização do sistema TDMax - Transdata (SBA) para coibir o uso indevido de cartões de PLE fora do trajeto residência-escola e

### **Efeitos**

109. Risco de uso do benefício de cartão de PLE, em desacordo com a legislação vigente.

### **IRREGULARIDADE 4: Cadastramento de beneficiados de cartões de PLE em duplicidade.**

### **Análises e Evidências**

110. Consulta à base de dados do Transdata - TDMax revelou a existência de 4.938 beneficiários de cartões PLE com cadastro duplicado (PT – 9.1, fl. 2 [CD] do Anexo V). Apesar da existência de elevada quantidade de duplicidade de cadastros, a falha, por si só, não implicou na utilização simultânea de mais





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 483  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*de um cartão por PLE por todos os beneficiados, em 2012. Verificamos que apenas 8 deles fizeram uso de dois cartões diferentes em período inferior a 30 dias (PT – 9.2, fl. 2 [CD] do Anexo V).*

*111. Registre-se que o cadastro de cartões de PLE utiliza indevidamente como identificador o nome do beneficiário. Assim, qualquer alteração do nome, resultante de incorreções na sua digitação, intencionais ou não, tais como a substituição das letras 'y' por 'i', 's' por 'z', o preenchimento com letras minúsculas ou maiúsculas, a inclusão ou exclusão de letras ou espaços, é reconhecida como novo registro.*

*112. Logo, a inexistência de uso simultâneo de mais de um cartão pela mesma pessoa pode indicar a substituição de um cadastro por outro. A falha aponta apenas para o descontrole operacional, em vez de uso indevido de cartões de PLE. Todavia, a despeito de não haver nenhuma anotação de restrição ou cancelamento, é patente a possibilidade da emissão e do gozo ilegal do benefício por outrem.*

### **Causas**

*113. Ausência de identificador numérico no cadastro de cartões de PLE que torne único cada beneficiário, em substituição à indexação realizada por nome, tornando-o semelhante ao cadastro de cartões de PNE, que utiliza o número de identificação do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal - CPF/MF, para garantir a unicidade de seus registros.*

### **Efeitos**

*114. Risco de concessão de mais de um cartão de PLE para a mesma pessoa, com o subsequente uso irregular da gratuidade por outrem.*

### **IRREGULARIDADE 5: Uso indevido de cartões de PLE em dias não letivos.**

### **Análises e Evidências**

*115. O uso da gratuidade de cartões de PLE está condicionado à finalidade de deslocamento entre a instituição de ensino e a residência ou local de estágio do beneficiário, ou seja, somente deverá ser utilizado quando houver atividade educacional, conforme prescreve o art. 4º da Lei n. 4.462/2010, verbis:*

*“Art. 4º O benefício de que trata o art. 1º será limitado a 54 (cinquenta e quatro) viagens por mês e por estudante, durante o período letivo.”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO

Fls.: 484  
Proc.: 31377/09  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

116. *Todavia, a análise da base de dados do TDMax - Transdata, no biênio de 2011-2012, mostrou que o uso de cartões de PLE nos veículos do STPC/DF ocorreu em dias não letivos. Assim, considerando somente os 26 feriados e 105 domingos desse período, foram utilizados créditos de viagens equivalentes a R\$ 792.597,90 (PT-10.1, fl. 2 [CD] do Anexo V).*

117. *Trata-se de estimativa conservadora, uma vez que levou em conta apenas feriados e domingos, sendo desprezados sábados, recessos escolares e férias. Além disso, deixou de considerar que o calendário escolar não é unificado entre as redes de ensino público e privado do Distrito Federal.*

118. *A propósito, verificou-se que o sistema TDMax - Transdata não foi parametrizado para cumprir as normas reguladoras do uso de cartões de PLE, com a necessária implantação de funcionalidades que coíbam a citada irregularidade.*

119. *Por fim, apontamos que o sistema TDMax - Transdata foi projetado e desenvolvido pela empresa Transdata ainda na gestão da FÁCIL, e contempla essencialmente as mesmas funcionalidades que continuam em uso pela DFTrans.*

**Causas**

120. *Ausência de parametrização do Transdata - TDMax para coibir o uso indevido de cartões de PLE em dias não letivos, em atenção ao disposto no art. 4º da Lei n. 4.462/2010. Ademais, falhas são as rotinas gerenciais do Transdata - TDMax que deveriam detectar e coibir tais impropriedades na utilização do benefício.*

**Efeitos**

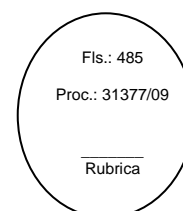
121. *Utilização indevida de cartões de PLE em dias não letivos."*

32. Observe-se que foram consignadas no Relatório nº 1.1004.12 as determinações constantes da Decisão nº 4221/2011, assinalando-se que estas medidas seriam "*capazes de sanar as falhas*" observadas. Entretanto, constatou-se que "*elas ainda pendem de efetiva implementação*".

33. A este respeito, a DFTRANS irá se manifestar sobre as conclusões do Corpo Técnico e, portanto, deverá justificar a ausência da adoção das medidas saneadoras prescritas nestes autos (Decisão nº 4221/11), nos termos do parágrafo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



96 do Relatório de Auditoria nº 1.1004.12 e item II da Decisão nº 3388/2013.

34. Dos fatos aqui expostos, verifica-se que as questões a serem verificadas por força da Decisão nº 4221/11 estão inseridas no bojo das fiscalizações em andamentos nos Processos nºs 11760/10 e 12102/12, motivo pelo qual entendemos contraproducente estender a análise nos presentes autos.

35. Dessa maneira, julgamos oportuno anexar cópia dos expedientes de fls. 459/465 ao Processo nº 12102/12 para subsidiar a análise ali procedida, bem como a apensação dos presentes autos ao Processo nº 11760/10.

36. Além das diligências acima relatadas, na Decisão nº 1755/13 foi determinada a audiência do Sr. Marco Antonio Tofetti Campanella para apresentação de justificativas pelo descumprimento de deliberações plenárias. Conforme assinalado no parágrafo 5, o referido senhor não se manifestou nos autos.

37. Importa registrar que na Decisão nº 1879/2013, proferida no Processo nº 30.998/2011, o mesmo dirigente foi chamado em audiência, com vista à aplicação da penalidade prevista no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94<sup>11</sup>, em razão do descumprimento reiterado da **Decisão nº 4221/2011**.

38. Nos termos da Comunicação de Audiência de fl. 466, referido senhor tomou conhecimento da Decisão nº 1879/13 em 23/05/2013, mesma data em que foi cientificado da Decisão nº 1755/13, fl. 455.

39. Na Informação nº 173/2012-3ª DICONTE<sup>12</sup> é noticiada a revelia do Sr. Marco Antonio Tofetti Campanella e, em consequência, é proposta a aplicação de penalidade ao referido responsável.

40. O Tribunal ainda não se manifestou acerca da referida proposição<sup>13</sup>. Todavia, considerando a identidade observada (mesmo responsável e mesmo fato) e tendo em vista que o Processo nº 30.998/11 encontra-se em fase mais adiantada que estes autos, em homenagem ao princípio do “non bis in idem”<sup>14</sup>, entendemos

<sup>11</sup> “VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal”

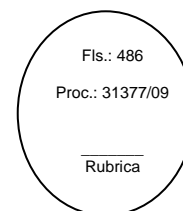
<sup>12</sup> e-DOC AA82D334, Processo nº 30998/11.

<sup>13</sup> O Processo nº 30998/11 encontra-se com carga para o Gabinete do Conselheiro Paulo Tadeu Vale da Silva.

<sup>14</sup> Por esse princípio ninguém poderá ser punido mais de uma vez por uma mesma infração.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



prejudicados os procedimentos de contraditório inerentes a este Processo.

41. Por fim, registra-se que a DFTRANS, em flagrante desrespeito às orientações desta Casa<sup>15</sup>, permanece encaminhando suas solicitações e manifestações por intermédio do Chefe do serviço Jurídico da Autarquia, sem a chancela de seu Diretor-Geral.

42. Tal atitude reforça o entendimento de que a DFTRANS não tem dado a devida atenção às deliberações emanadas por este Tribunal<sup>16</sup>. Assim, entendemos necessário reiterar àquela jurisdicionada que a pessoa competente para dirigir-se ao Tribunal é o seu Diretor-Geral ou seu substituto legal, alertando-a para a possibilidade da multa prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 01/94.

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Tribunal que:

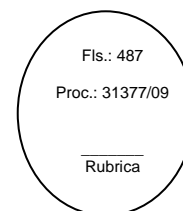
- I. tome conhecimento:
  - a) do Ofício nº 454/2013-AJL/DFTRANS, fl. 456;
  - b) do Ofício nº 513/2013-AJL/DFTRANS e dos expedientes que o acompanham, fls. 459/465;
  - c) dos demais documentos anexados aos autos, fls. 457 e 466/468;
- II. reitere à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS que a pessoa competente para dirigir-se ao Tribunal é o seu Diretor-Geral ou seu substituto legal, alertando-a que não serão conhecidos os documentos encaminhados sem observância deste requisito;
- III. considere:
  - a) revel o senhor nominado no parágrafo 36 da Instrução;

<sup>15</sup> Decisões nºs 210/06, 1.916/07, 4.600/07, 3.720/10 e 5595/12, bem como Despacho Singular nº 753/2012-GCIM.

<sup>16</sup> Na já mencionada Informação nº 173/20123-3ª DICONTE foi destacado o descaso da DFTRANS em relação às decisões desta Casa, em razão da desatenção e falta de diligência por parte da Autarquia.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO



b) prejudicado o procedimento de abertura de contraditório e ampla defesa determinado pelo item “III.a” da Decisão nº 1755/2013, em razão de idêntica medida já se encontrar em curso nos autos do Processo nº 30998/2011 (Decisão nº 1879/2013);

IV. autorize:

- a) a ciência da presente Instrução e da decisão que for proferida à Secretaria de Auditoria e à Secretaria de Contas, bem como o encaminhamento dos autos àquelas Unidades para extração das cópias que entendam pertinentes;
- b) dar conhecimento da decisão que vier a ser adotada aos interessados nos autos;
- c) a apensação destes autos ao Processo nº 11.760/10;

À superior consideração,  
DIACOMP1, em 23/08/2013.

---

**ELIANE LEITE DE SOUSA RODRIGUES**  
**ACE - 553-3**

De acordo.  
À consideração do Sr. Secretário.  
DIACOMP1, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

---

**Primeira Divisão de Acompanhamento**  
**JORGE ROBERTO ANDRADE DO NASCIMENTO**  
Diretor